

# Aviso de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

*OFÍCIO DOS REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DA 5ª ZONA  
PORTO ALEGRE  
RIO GRANDE DO SUL*



## Sumário

1.	Informações iniciais .....	3
2.	Significado de algumas expressões.....	3
3.	Como coletamos dados pessoais? .....	5
4.	Quais dados pessoais utilizamos?.....	5
5.	Principais operações de tratamento de dados pessoais. ....	6
6.	Agente Controlador de Dados Pessoais. ....	8
7.	Compartilhamento de dados pessoais.....	8
8.	Por quanto tempo os dados serão armazenados?.....	9
9.	Quais medidas tomamos para proteger seus dados pessoais.....	10
10.	Direitos do titular de dados pessoais .....	10
11.	Exercendo seus direitos .....	12
12.	Atualização periódica do Aviso de Privacidade.....	13



## 1. Informações iniciais

---



Somos o OFÍCIO DOS REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DA 5ª ZONA PORTO ALEGRE (“Cartório”), com CNPJ nº 02.906.341/0001-56 e elaboramos esse Aviso de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (Aviso), com a finalidade de trazer transparência e informar ao titular como utilizamos dados pessoais, com quem compartilhamos, informações sobre seus direitos e como exercê-los, nosso canal oficial de contato, entre outras informações.

Caso queira entrar em contato conosco, referente ao assunto aqui explorado - privacidade e proteção de dados - nossos dados são os seguintes:



**OFÍCIO DOS REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DA 5ª ZONA PORTO ALEGRE**  
CNPJ/MF sob o nº 02.906.341/0001-56  
Rua Doutor Campos Velho, 1327 - Cristal, CEP 90820-001  
Porto Alegre/RS  
E-mail de contato: [anamanoela@lsdigitallaw.com.br](mailto:anamanoela@lsdigitallaw.com.br)

O presente Aviso se destina a todos que de alguma forma possam ser partes interessadas em relação ao cartório: usuários do site, clientes, parceiros, colaboradores internos, prestadores de serviços e fornecedores contratados, entre outros.

Este Aviso de Privacidade foi elaborado em conformidade com a Lei Federal 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), com a Lei Federal 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Lei Federal 13.709/2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais ou LGPD), e de acordo com as demais normatizações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, em especial o Provimento 134 da Corregedoria Nacional de Justiça.

O presente Aviso de Privacidade tem natureza de Política que concentra informações importantes, sobre o tema, para todos os interessados e estabelece o compromisso do Cartório com a privacidade e a proteção de dados.

## 2. Significado de algumas expressões

---



Para facilitar a compreensão desse Aviso, trouxemos um breve glossário com o significado de algumas expressões para servir de apoio.

- i. **Agentes de tratamento:** o Controlador e o Operador. São pessoas jurídicas ou físicas (profissionais autônomos) que tratam dados pessoais para oferecimento de produtos ou serviços.
- ii. **Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD):** órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.
- iii. **Consentimento:** manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- iv. **Controlador:** pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- v. **Dado pessoal:** informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável. Qualquer informação que tenha potencial de identificar uma pessoa física pode ser considerada como dado pessoal. Para citar alguns exemplos: nome, sobrenome, data de nascimento, informações contidas em documentos pessoais oficiais (como CPF, RG, CNH, Carteira de Trabalho, passaporte e título de eleitor), endereço residencial, telefone fixo ou móvel, endereço de e-mail pessoal e profissional, o endereço de IP, histórico de navegação na internet ou informações coletadas por cookies, todas essas informações podem ser consideradas como dados pessoais.
- vi. **Dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.
- vii. **Encarregado (DPO - Data Protection Officer):** pessoa indicada pelo Agente de tratamento, seja o Controlador ou Operador, para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Além dessas funções, o Encarregado orienta um Agente de tratamento e seus principais interessados, internamente.



- viii. **Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador;
- ix. **Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. Em outros termos, é o dono do dado pessoal e a pessoa que poderá exercer os direitos em relação aos mesmos, por isso ser chamado de titular.
- x. **Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, isto é, tratamento é o uso, a utilização do dado pessoal, é alguma ação que está sendo feita com ele, lembrando que o simples ato de armazenar é tratamento.

### 3. Como coletamos dados pessoais?

---



Podemos coletar dados pessoais das seguintes maneiras:

- i) Fornecidos diretamente por você, titular de dados, para que o Cartório possa cumprir o serviço solicitado.
- ii) Fornecidos por terceiros por representantes legais ou terceiros interessados, ou ainda pelos pais ou responsáveis.
- iii) Dados públicos coletados em bancos de dados registrais.
- iv) Dados tornados públicos pelo próprio titular.
- v) Automaticamente, por meio de cookies ou inteligência artificial, ou ainda, pelo registro de *logs* nos sistemas, para cumprimento do Marco Civil da Internet.

### 4. Quais dados pessoais utilizamos?

---



O OFÍCIO DOS REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DA 5ª ZONA PORTO ALEGRE utiliza dados pessoais sempre que necessário ou indispensável para o atendimento da finalidade pública do registro dos atos da vida civil do





cidadão, atividade de interesse público, havendo, portanto, a necessidade de tratamento das seguintes categorias de dados pessoais:

- i)** Dados cadastrais, como o nome completo, estado civil, profissão, filiação e endereço residencial ou domiciliar.
- ii)** Dados de documentos que podem ser considerados documentos de identificação, tais como o RG, CPF, CTPS, CNH etc., número do PIS/PASEP carteiras funcionais, como, por exemplo, OAB, CRM, entre outras.
- iii)** Dados para contato, como o e-mail, número de telefone móvel ou também o número de telefone residencial.
- iv)** Dados pessoais sensíveis, como, por exemplo, dado referente à saúde do titular nos casos de registros de óbitos, em que é indispensável a declaração do profissional de saúde responsável, além de dados como a cor da pele, nos atos de registro de nascimento.
- v)** Dados de câmeras de segurança, que são imagens confidenciais e sigilosas, para a segurança do espaço onde circula pessoas nos cartórios, estritamente utilizadas para segurança.
- vi)** Dados de identificadores únicos coletados por cookies, quando o usuário visita nosso site.

## 5. Principais operações de tratamento de dados pessoais


---


 O Cartório age predominantemente com o precípua objetivo de atender ao interesse público, tendo, portanto uma finalidade pública nos registros dos atos da vida civil de uma pessoa natural (pessoa física), em observação à Lei Federal 6.015/1973. Portanto, para o seu regular funcionamento, é necessário e indispensável o tratamento de dados pessoais, nas categorias descritas no tópico anterior, para algumas finalidades, como:


 Para o atendimento ao público em geral, cliente do cartório, nas solicitações e requisições de documentos em geral em suas diversas modalidades, o que envolve conferência de dados pessoais, consulta em





bancos públicos de informações registrais, sobre os atos da vida civil de uma pessoa natural (comumente o nascimento, casamento e óbito).


 Para cadastro dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e partes interessadas que de alguma forma estão interligados com as atividades do Cartório, para o exercício regular das funções do estabelecimento e para o exercício regular de direitos.


 Para prevenir fraude, para a segurança e prevenção de incidentes, para a autenticação ou verificação da identidade do usuário, em casos necessários, para a realização de *backup* para a segurança da informação e continuidade do negócio.


 Para melhorar a navegação segura em nossa página eletrônica <https://registrocivilportoalegre.com.br/>. Para saber mais, visite nossa Declaração de Cookies.

 Para o envio de documentos pelo correio, quando necessário e solicitado pelo titular de dados pessoais, será necessário coletar e tratar dados como o endereço do destinatário, sendo essa informação de necessário compartilhamento com os correios.

 Para o cumprimento de obrigações legais e regulatórias, como, por exemplo, o disposto na Lei Federal 6.015/1973, que dispõe sobre os registros públicos, além da normativa exarada pelo Conselho Nacional de Justiça.

 Para, quando necessário, o cumprimento do contrato com os nossos colaboradores, que fazem o Cartório funcionar, dados necessários e indispensáveis para os vários atos da relação de trabalho, como o pagamento, o controle da jornada, a concessão dos benefícios, recrutamento, admissão e integração na nossa equipe.

 Para o relacionamento com nossa rede de parceiros e fornecedores, é necessário o tratamento de dados pessoais de representantes, gerentes, administradores em geral, cujos dados serão armazenados em nossos sistemas.

 Com outras serventias, com a finalidade pública de prestação de serviços de emissão de certidões.





Este Aviso de Privacidade não tem por objetivo esgotar todas as possibilidades de uso de dados pessoais. Ele será revisado periodicamente. Caso queira entrar em contato conosco, envie um e-mail para: [anamanoela@lsdigitallaw.com.br](mailto:anamanoela@lsdigitallaw.com.br)

## 6. Agente Controlador de Dados Pessoais

---



Note que nas operações de tratamento informadas anteriormente, o OFÍCIO DOS REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS DA 5ª ZONA PORTO ALEGRE age majoritariamente na posição de agente controlado de dados pessoais, vale dizer, o agente responsável por tomar as principais decisões referentes ao tratamento de dados pessoais e por definir a finalidade do tratamento.

Para cumprir com suas funções atinentes ao interesse público, o Cartório poderá contratar agentes operadores de dados pessoais, isto é, o agente responsável por realizar o tratamento de dados em nome do controlador e conforme a finalidade por este delimitada, como os sistemas e softwares de tecnologia utilizados para possibilitar o armazenamento e consulta de informações em nuvem.

## 7. Compartilhamento de dados pessoais

---





Como parte normal da condução do Cartório, compartilharemos os dados pessoais dos titulares com os nossos profissionais devidamente autorizados para fornecer o(s) serviço(s) solicitado(s), respeitando os princípios previstos na legislação aplicável. Todo acesso aos dados pessoais preservará sua confidencialidade, conforme os termos deste Aviso.






Também podemos compartilhar os dados pessoais com órgãos governamentais para o cumprimento de obrigações acessórias, como elaboração de estudos estatísticos pelo Poder Público, por exemplo.


 Os dados pessoais também serão compartilhados com prestadores de serviços, por exemplo, softwares de gerenciamento, serviços de *cloud* (*computação em nuvem*) e sistemas de órgãos governamentais. Sempre que esses prestadores vierem a tratar seus dados, o tratamento acontecerá em conformidade com as normas de privacidade e proteção de dados pessoais.

 Ainda, podemos compartilhar seus dados, quando indispensável, com alguma Autoridade com poder de polícia, como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais ou órgãos de defesa do consumidor. Podemos compartilhar também dados com o Poder Judiciário, em caso de ordem judicial válida e eficaz ou em caso de defesa.

 Os serviços de registro do Cartório, embora sejam exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, tem o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). Sendo assim devem fornecer acesso aos dados por meio eletrônico para a administração pública, tendo em vista a finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

## 8. Por quanto tempo os dados serão armazenados?

---

 Nós armazenamos os dados pessoais pelo tempo necessário para que sejam alcançadas as finalidades de sua coleta e mantemos para o cumprimento de uma obrigação legal ou exercício regular de um direito. O período de armazenamento desses dados poderá observar os prazos prescricionais e decadenciais previstos na legislação brasileira.

Nos comprometemos a armazenar as informações de maneira segura e quando for o caso de descarte dos dados, empregar meios técnicos eficientes para o descarte seguro.



## 9. Quais medidas tomamos para proteger seus dados pessoais

---



O Cartório adota medidas concretas para manter a segurança dos dados pessoais, como a promoção de conscientização e treinamento para seus colaboradores, adoção de controle de acesso, realização de back-ups, entre outras medidas. 🔑

O Cartório ainda pode utilizar de procedimentos internos documentados como medidas organizacionais de adequação às normas de privacidade e proteção de dados, previstos no Provimento 134 de 2022, da Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça.

O Cartório investe ainda em um Programa de *Compliance* de Dados, visando a adequação às normas de privacidade e proteção de dados.

Mesmo com todas as medidas, o Cartório não pode garantir segurança absoluta. Em caso de incidente, o Cartório possui procedimento de resposta, podendo envolver a comunicação da ANPD e do titular de dados, em caso de necessidade, havendo risco relevante, após avaliação interna.

O Cartório nomeou Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, comumente chamado DPO (Data Protection Officer), para auxiliar o Cartório a cumprir com o disposto nas Normas que tratam de sua privacidade e da proteção dos seus dados pessoais, para acompanhar o Cartório em questões envolvendo este assunto.



Por isso, caso você identifique ou tome conhecimento de algo que comprometa a segurança dos dados pessoais, o cartório pede que entre com nosso Encarregado de Proteção de Dados em contato por meio do seguinte endereço de e-mail: [anamanoela@lsdigitallaw.com.br](mailto:anamanoela@lsdigitallaw.com.br).

## 10. Direitos do titular de dados pessoais




---

A Lei Geral de Proteção de Dados traz uma série de direitos aos titulares:



1. A confirmação da existência de operações de tratamento envolvendo seus dados pessoais. Em outras palavras, você pode saber se tratamos ou não tratamos seus dados pessoais.
- ! 2. Direito de acesso aos próprios dados pessoais, caso eles sejam tratados por nós.
- ✕ 3. Se a base legal utilizada para justificar o tratamento for o consentimento, você tem o direito de revogar (retirar) o consentimento dado e, ainda, tem direito a saber das consequências desta retirada.
- 4. Direito de solicitar a portabilidade de dados pessoais a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a futura regulamentação da ANPD, que até 23.02.2023 ainda não havia regulamentado, observando os segredos comercial e industrial.
- 📄 5. Direito à correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados. Ajude-nos a manter seus dados completos, dentro do necessário, exatos e atuais, na medida do possível e razoável.
- 🗑️ 6. Direito à eliminação dos dados pessoais tratados com o seu consentimento, exceto nas seguintes hipóteses:
  - (a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;
  - (b) estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
  - (c) transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD;
  - (d) uso exclusivo pelo Controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.
- 📁 7. Informação das entidades públicas e privadas com as quais o cartório realizou uso compartilhado de dados.
- 🗑️ 8. Informação sobre a possibilidade de não fornecer o consentimento e sobre as consequências da negativa.



9.  Petição à Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD) para se manifestar sobre o cartório e eventual direito não atendido.
10.  Oposição às operações de tratamento de dados pessoais realizadas com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
11.  Revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.



**Importante:** os direitos aqui previstos são referentes aos dados cadastrais do cartório e não à retificação, alteração ou acréscimo de dados em certidões. A gratuidade do livre acesso dos titulares de dados é restrita aos dados pessoais constantes nos sistemas administrativos do cartório, não abrangendo os dados próprios do acervo registral e não podendo implicar a prática de atos inerentes à prestação dos serviços notariais e registrais dotados de fé-pública.

## 11. Exercendo seus direitos

---



Para exercer os seus direitos e fazer uma requisição, você pode entrar em contato por meio do e-mail [anamanoela@lsdigitallaw.com.br](mailto:anamanoela@lsdigitallaw.com.br), com o assunto “LGPD”, informando seu nome completo e qual direito deseja exercer. O cartório empreenderá esforços para responder no menor tempo possível respeitando-se os prazos de guarda estabelecidos pela legislação, e poderá requerer informações adicionais para viabilizar o atendimento.



Para sua própria segurança, após uma solicitação enviada, iremos realizar um procedimento de autenticação de identidade. Verificada a identidade do solicitante, dá-se prosseguimento à requisição, caso contrário, a requisição será arquivada.





É preferível que o próprio titular exerça seus direitos. Mas se o titular nomear representante, é necessária a apresentação de instrumento de mandato específico para esse fim, com reconhecimento de firma por autenticação em qualquer cartório.



Por fim, o titular deve estar ciente que sua requisição poderá ser legalmente rejeitada, seja por motivos formais (a exemplo de sua incapacidade de comprovar sua identidade) ou legais (o direito do usuário não pode ser atendido, pois se enquadra em alguma exceção legal ou regulatória).

## 12. Atualização periódica do Aviso de Privacidade

---



Nosso Aviso de Privacidade estará em constante aperfeiçoamento, acompanhando as boas práticas e orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Caso as modificações sejam substanciais, a informação será disponibilizada em destaque em nosso site. Recomendamos uma leitura periódica desse Aviso de privacidade. Sua privacidade e confiança são importantes para nós.

Esta versão é de 27 de fevereiro de 2023.

